



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Vereadores de Redentora

CNPJ 94.726.825/0001-31



§ 2º Quando se fizer necessário a interrupção do acesso ao sistema para manutenções, deverá ser devidamente registrado tal ocorrência, bem como ser realizado preferencialmente em dias que não haja a realização de sessões plenárias.

§ 3º Havendo interrupção do acesso ao sistema, por motivos de falhas na distribuição de sinal de internet, de distribuição de energia ou outro fator relevante, em dias de sessões plenárias e ou de reuniões de comissões, as mesmas poderão ser adiadas, prorrogadas ou canceladas por ato da Mesa Diretora.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 4º Fica autorizado o Poder Legislativo a tomar medidas administrativas visando a prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito do Câmara Municipal de Vereadores, podendo para isso, durante a permanência de estado de calamidade pública no Território do Estado do Rio Grande do Sul, utilizar de meios tecnológicos que permitam a realização de suas atividades à distância, mantendo os atendimentos presencial ao público, apenas referente aos serviços essenciais, observada a manutenção do serviço público.

§ 1º Havendo necessidade de contratação de empresa da área de tecnologia para implantação de sistema que possam possibilitar o desempenho das atividades à distância, o respectivo Poder, deverá contratar empresa que, preferencialmente, possa efetuar a implantação e treinamento a distância.

§ 2º Enquanto perdurar o estado de calamidade pública que trata o caput, fica autorizado a realização das reuniões das Comissões e as Sessões do Plenário da Câmara Municipal de Vereadores por meio eletrônico, a distância, que serão realizadas nos mesmos dias e horários já definidos na Lei Orgânica do Município, bem como no Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

§ 3º Durante o respectivo período que trata o caput deste artigo, deverão ser adotadas todas as medidas necessárias para evitar a circulação, o encaminhamento e o recebimento, no âmbito da administração pública municipal, de proposições/projetos físicos, exceto os considerados urgentes até a implantação do respectivo sistema.

Art. 5º É de responsabilidade da Câmara Municipal de Vereadores providenciar equipamento eletrônico (computador, notebook, tablete, celular smartphones, televisor ou datashow) compatível, bem como o acesso a rede de internet para o uso do sistema eletrônico a ser disponibilizado pelo Poder Legislativo, para a realização de sua atividade à distância.

Art. 6º Fica o respectivo Poder autorizado a dispensa de licitação para a contratação de empresa para o fornecimento de sistema eletrônico para o atendimento dos objetivos da presente lei, com base no que dispõe o Art. 24, IV, da Lei 8.666/93.

§ 1ª A autorização de dispensa de licitação fundamenta-se pela necessidade em evitar a circulação de pessoas, conforme recomendações da Organização Mundial de Saúde e também dos Órgãos Nacionais da Área da Saúde, como forma de conter a propagação de infecção e transmissão local do Covid-19, visando a preservação da saúde de toda a população local.